



ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E A UNIVERSIDADE DE HAVANA.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, a seguir denominada UFPB, uma instituição de Educação Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, (www.ufpb.br) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, legalmente representada por seu Reitora Professora Dr. Terezinha Domiciano Dantas Martins, em virtude dos poderes que lhe são conferidos conforme publicação no Diário Oficial da União, em 15 de outubro de 2024, e a UNIVERSIDADE DE HAVANA, doravante denominada UH, instituição com personalidade jurídica, fundada pelos Padres Dominicanos em 5 de janeiro de 1728, adscrita ao Ministério de Educação Superior em virtude do disposto na Lei nº 1307, publicada no Diário Oficial da República de Cuba nº 14, de 31 de julho de 1976, com sede na Calle San Lázaro Esquina L Vedado, Plaza, Havana, Cuba, representada por sua Reitora, Dra. Miriam Nicado García, devidamente empossada. em 31 de julho de 1976, com sede na Calle San Lázaro Esquina L Vedado, Plaza, Havana, Cuba, representada por sua Reitora, Dra. Miriam Nicado García, devidamente habilitada pela Resolução nº 112/18, de 5 de novembro de 2018, do Ministro da Educação Superior.

Considerando que o desenvolvimento da cooperação acadêmica, científica e cultural é benéfico para ambas às instituições, e desejando reforçar essa cooperação, a UFPB e a UH, concordam em celebrar o presente Acordo Geral de Cooperação que se regerá pelas seguintes

CLÁUSULAS

PRIMEIRA – As instituições parceiras acordam que o objeto do presente instrumento é o estabelecimento das bases gerais para a cooperação em todas as áreas do ensino, extensão e da pesquisa consideradas de interesse mútuo.

SEGUNDA – Com o fim de executar a cláusula anterior, as partes aceitam que poderão considerar as seguintes formas de cooperação:

- a) Intercâmbio de professores, pesquisadores, pessoal administrativo e estudantes de todos os ciclos;



- b) Desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa;
- c) Organização e participação em seminários, conferências, oficinas e outros encontros acadêmicos;
- d) Publicação conjunta de relatórios de pesquisa, artigos, livros, etc.;
- e) Intercâmbio de material e publicações acadêmicas;
- f) Realização de programas de dupla titulação ou titulação conjunta em co-tutela de tese, obedecida a legislação de cada instituição;
- g) E o que mais acordarem as partes.

TERCEIRA – Cada forma de cooperação estabelecida com base na cláusula anterior deverá ser formalizada através de convênios específicos anexados ao presente, e deverão conter: programação, pessoal participante, recursos necessários, financiamento, procedimentos de avaliação e sequência das atividades programadas, assim como todos os dados e documentos necessários para determinar os fins e objetivos de cada um dos convênios específicos.

QUARTA – As atividades desenvolvidas com base no presente Acordo Acadêmico terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representá-las.

QUINTA – As partes poderão recorrer a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a obtenção dos recursos necessários para financiar, total ou parcialmente, o desenvolvimento das atividades que se realizem sob o marco do presente convênio, quando o considerarem necessário.

SEXTA – As partes acordam expressamente manter a confidencialidade da informação e dos produtos que resultem dos projetos de pesquisa, assim como de toda a informação que não seja de domínio público e a que poderiam ter acesso no marco deste documento.

SÉTIMA – As partes concordam que as publicações de diversas categorias (artigos, folhetos, etc.), assim como as coproduções e difusões objeto do presente instrumento, se realizarão de comum acordo.

Da mesma forma, concordam que a titularidade dos direitos de propriedade intelectual e industrial que resultem das ações desenvolvidas no marco do presente convênio, corresponderá à parte cujo pessoal tenha realizado o trabalho. Se for produto de um trabalho conjunto, as partes



dividirão a titularidade dos direitos de acordo com sua participação nas atividades. Em todos os momentos, as partes outorgarão o devido reconhecimento às pessoas que participaram no desenvolvimento das mesmas.

No caso em que uma das partes deseje utilizar a informação ou resultados de uma investigação proporcionada pela outra parte em uma publicação própria, deverá solicitar previamente a esta, uma autorização escrita e ajustar-se às disposições legais da matéria. Fica expressamente entendido que as partes poderão utilizar-se dos resultados obtidos nas atividades amparadas pelo presente instrumento, em suas tarefas acadêmicas e para fins de difusão, desenvolvimento institucional e aprovação acadêmica que corresponda.

OITAVA – As partes concordam que os funcionários ou membros de cada uma delas que sejam designados para a realização conjunta de qualquer ação, continuarão de forma absoluta sob a direção ou dependência da parte com a qual tenham estabelecido sua relação trabalhista, independentemente de estar prestando seus serviços em instalações da outra instituição para a qual foram designados, por fim, cada uma delas assumirá sua responsabilidade e, em nenhum caso serão consideradas empregadores solidários ou substitutos. Se na realização de um programa intervenham pessoas que prestem seus serviços a instituições ou pessoas distintas às partes, estas sempre continuarão sob a direção e dependência das referidas instituições ou pessoas, uma vez que sua intervenção não produzirá relação de trabalho nem com a UFPB e nem com a UH.

NONA – Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que possam ocorrer por motivo de força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuidade das atividades previstas no presente convenio ou seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias quando desaparecerem as causas que motivaram sua suspensão, até sua conclusão total.

DÉCIMA – O presente acordo entrará em vigor na data de sua última assinatura e terá validade por um período de cinco (5) anos, ao término do qual poderá ser renovado por períodos iguais, mediante comunicação por escrito das partes e a assinatura do documento correspondente. O presente acordo pode ser revisado ou modificado a qualquer momento, por acordo mútuo por escrito dos representantes autorizados das partes. As modificações obrigarão as partes a partir da data de sua assinatura. Da mesma forma, poderá ser rescindido unilateralmente mediante



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



aviso por escrito à outra parte, com antecedência mínima de três (3) meses à data determinada para tal efeito. Essa decisão não afetará as atividades acadêmicas em desenvolvimento, que deverão continuar até o seu término, conforme o programa, termos e calendário acordados originalmente.

DÉCIMA PRIMEIRA – O presente acordo é assinado num espírito de boa fé e cooperação, razão pela qual as instituições convenentes concordam em resolver, de forma amigável, qualquer controvérsia advinda da interpretação, formalização e cumprimento do mesmo. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a uma arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um terceiro membro será escolhido por mútuo consentimento

Os representantes das instituições assinam o presente Acordo Geral de Cooperação em quatro vias originais, sendo duas (2) em português, e duas (2) em espanhol de igual forma e teor, no local e data indicados.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA**

Dra. Terezinha Domiciano Dantas Martins

Reitora

João Pessoa:

UNIVERSIDADE DE HAVANA

Dra. Miriam Nicado García

Reitora

Havana:





UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA

ACUERDO GENERAL DE COOPERACIÓN ACADÉMICA ENTRE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DA PARAÍBA Y LA UNIVERSIDAD DE LA HABANA.

LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARAÍBA, en lo sucesivo denominada UFPB, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 (www.ufpb.br) cuya oficina central está en la Ciudad Universitaria - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, legalmente representada en este acto por su Rectora Profesora Dra. Terezinha Domiciano Dantas Martins, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según la publicación en el Diário Oficial da União, del 15 de octubre de 2024, y la **UNIVERSIDAD DE LA HABANA**, en lo adelante UH, institución con personalidad jurídica, fundada por los padres dominicos el 5 de enero de 1728, adscripta al Ministerio de Educación Superior en virtud de lo que establece la Ley No. 1307 publicada en la Gaceta Oficial de la República de Cuba No.14 en fecha 31 de julio de 1976, con sede en Calle San Lázaro Esquina L Vedado, Plaza, La Habana, Cuba representada por su Rectora, Dra. Miriam Nicado García, debidamente facultada por la Resolución No. 112/18 de fecha 5 de noviembre del 2018 por el Ministro de Educación Superior.

Considerando que el desarrollo de la cooperación académica, científica y cultural es beneficioso para ambas instituciones, y deseando fortalecer la cooperación, la UFPB y la UH acuerdan suscribir el presente Convenio General de Cooperación, que se regirá por las siguientes disposiciones.

CLÁUSULAS

PRIMERA - Las instituciones asociadas acuerdan que el presente instrumento tiene por objeto establecer las bases generales de cooperación en todas las áreas de docencia, extensión e investigación que se consideren de interés mutuo.

SEGUNDA - Para dar cumplimiento a la cláusula anterior, las partes acuerdan que podrán considerar las siguientes formas de cooperación:

- a) Intercambio de profesores, investigadores, personal administrativo y estudiantes de todos los ciclos;
- b) Desarrollo conjunto de actividades docentes y de investigación;
- c) Organización y participación en seminarios, conferencias, talleres y otros encuentros académicos;
- d) Publicación conjunta de informes de investigación, artículos, libros, etc;
- e) Intercambio de material académico y publicaciones;



- f) La realización de programas de doble titulación o titulaciones conjuntas en cotutela de tesis, respetando la legislación de cada institución;
- g) Y cualquier otra que las partes acuerden.

TERCERA - Cada forma de cooperación establecida en base a la cláusula anterior deberá formalizarse a través de convenios específicos anexos al presente, y deberá contener: programación, personal participante, recursos necesarios, financiación, procedimientos de evaluación y secuencia de las actividades programadas, así como todos los datos y documentos necesarios para determinar los fines y objetivos de cada uno de los convenios específicos.

CUARTA - Las actividades que se desarrolle con base en el presente Acuerdo Académico serán supervisadas y coordinadas por los responsables del área internacional de cada institución, o por quienes oficialmente se designen para representarlos.

QUINTA - Las partes podrán recurrir a instituciones públicas o privadas, nacionales o internacionales, para obtener los recursos necesarios para financiar, total o parcialmente, el desarrollo de las actividades realizadas en el marco del presente convenio, cuando lo consideren necesario.

SEXTA - Las partes acuerdan expresamente mantener la confidencialidad de la información y productos que resulten de los proyectos de investigación, así como de toda aquella información que no sea de dominio público y a la que pudieran tener acceso en el marco del presente documento.

SÉPTIMA - Las partes acuerdan que las publicaciones de diversa índole (artículos, folletos, etc.), así como las coproducciones y difusiones objeto del presente instrumento, se realizarán de mutuo acuerdo.

Asimismo, acuerdan que la titularidad de los derechos de propiedad intelectual e industrial resultantes de las actuaciones realizadas en el marco del presente convenio corresponderá a la parte cuyo personal haya realizado el trabajo. Si es producto de un trabajo conjunto, las partes



compartirán la titularidad de los derechos en función de su participación en las actividades. En todo momento, las partes darán el debido reconocimiento a las personas que hayan participado en el desarrollo del trabajo.

En el caso de que una de las partes desee utilizar la información o los resultados de la investigación facilitados por la otra parte en su propia publicación, deberá solicitar previamente autorización por escrito a esta última y cumplir con las disposiciones legales pertinentes. Queda expresamente entendido que las partes podrán utilizar los resultados obtenidos en las actividades objeto de este instrumento en sus tareas académicas y con fines de difusión, desarrollo institucional y homologación académica según corresponda.

OCTAVA. Las partes acuerdan que los empleados o miembros de cada una de ellas que sean asignados para realizar alguna acción en conjunto, permanecerán absolutamente bajo la dirección o dependencia de la parte con la que hayan establecido su relación laboral, independientemente de que estén prestando sus servicios en las instalaciones de la otra institución a la que hayan sido asignados, y finalmente, cada una de ellas asumirá su responsabilidad y en ningún caso se considerarán patrones solidarios o sustitutos. En caso de que en un programa participen personas que presten sus servicios a instituciones o a personas distintas de las partes, éstas quedarán siempre bajo la dirección y dependencia de dichas instituciones o personas, ya que su participación no producirá relación laboral ni con la UFPB ni con la UH.

NOVENA. Queda expresamente convenido que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por los daños y perjuicios que puedan producirse por causas de fuerza mayor o caso fortuito que impidan la continuidad de las actividades previstas en este convenio o sus instrumentos derivados, las cuales podrán reanudarse en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión, hasta su total conclusión.

DÉCIMA – El presente acuerdo entrará en vigor en la fecha de su última firma y tendrá una vigencia de cinco (5) años, al término de los cuales podrá ser renovado por períodos iguales, previa comunicación escrita de las partes y firma del documento correspondiente. El presente acuerdo podrá ser revisado o modificado en cualquier momento por mutuo acuerdo escrito de



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA

los representantes autorizados de las partes. Las modificaciones serán vinculantes para las partes a partir de la fecha de su firma. Asimismo, podrá ser rescindido unilateralmente por aviso por escrito a la otra parte, con una antelación mínima de tres (3) meses a la fecha que se determine al efecto. Esta decisión no afectará a las actividades académicas en curso, que continuarán hasta su finalización, de acuerdo con el programa, los términos y el calendario inicialmente acordados.

DÉCIMA PRIMERA – El presente convenio se suscribe con espíritu de buena fe y cooperación, por lo que las instituciones contratantes se comprometen a resolver amistosamente cualquier controversia derivada de la interpretación, formalización y cumplimiento del mismo. En caso de no poder resolverse, la controversia se someterá a arbitraje. Cada institución designará a un miembro del comité de arbitraje y un tercer miembro será elegido de mutuo acuerdo.

Los representantes de las instituciones firman el presente Acuerdo General de Cooperación en cuatro ejemplares originales, dos (2) en portugués y dos (2) en español de igual forma y contenido, en el lugar y fecha indicados.

UNIVERSIDAD DE LA HABANA

Dra. Miriam Nicado García

Rectora

La Habana:



UNIVERSIDAD FEDERAL DE
PARAÍBA

Rectora

Dra. Terezinha Domiciano Dantas Martins

João Pessoa: